



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CNU PROFESSORES

PROVA NACIONAL DOCENTE (PND)

Professor- Letras Português

EDITAL Nº 72, DE 16 DE JUNHO DE 2025

CÓD: SL-096JH-25
7908433277972

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

1. I - filosofia da educação	7
2. II - história da educação	8
3. III - sociologia da educação	14
4. IV - psicologia da educação	17
5. V - teorias pedagógicas	18
6. VI - didática e metodologias de ensino	26
7. VII - teorias e práticas de currículo	27
8. VIII - políticas públicas, organização, financiamento e avaliação da educação brasileira	29
9. IX - metodologia de pesquisa em educação e ensino	32
10. X - tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas	35
11. XI - letramento científico	38
12. XII - educação especial e inclusiva	41
13. XIII - libras, cultura e identidade surda	48
14. XIV - identidade e especificidades do trabalho docente	50
15. XV - planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem	53
16. XVI - práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos	57
17. XVII - planejamento, organização e gestão democrática educacional em espaço escolar e não escolar	59
18. XVIII - implementação e avaliação de currículos, programas educacionais e projetos político-pedagógicos	62
19. XIX - práticas de articulação entre escola, família, comunidade e movimentos sociais	64
20. XX - histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas	67
21. XXI - educação, inclusão e direitos humanos	70
22. XXII - educação socioambiental	72
23. XXIII - educação para as relações de gênero e sexualidade	76
24. XXIV - educação para as relações étnico-raciais	78

Conhecimentos Específicos Professor - Letras Português

1. Concepções de língua (ou de linguagem) e suas implicações no ensino	83
2. Níveis de análise da língua	83
3. Formação histórica da língua portuguesa	84
4. Discurso, interdiscurso e produção de sentidos	85
5. Gêneros discursivos	87
6. Texto, tipologias	90
7. Textualidade	91
8. Língua oral (produção, circulação e compreensão)	92
9. Língua escrita (produção, circulação e compreensão)	94
10. Variação, mudança e preconceito linguístico	97
11. Processos de letramento e de multiletramento	98

ÍNDICE

12. Concepções de literatura e de cultura	98
13. Especificidades da linguagem literária	101
14. Teorias críticas da literatura	102
15. Gêneros literários (tradição e inovação)	104
16. Movimentos literários no brasil e suas articulações interculturais	105
17. Letramento literário (aspectos teóricos e metodológicos)	107
18. Literatura canônica e não canônica na formação do leitor	109
19. Oralidade, performance e fruição no ensino de literatura	111
20. Inter-relações da língua e da literatura com outras semioses	113
21. Processos argumentativos e formação do leitor crítico	115

CONHECIMENTOS DIDÁTICO -PEDAGÓGICOS

I - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

A Filosofia da Educação é um campo de estudo que se dedica à investigação dos princípios, valores e objetivos que fundamentam a prática educativa. Ela questiona o propósito da educação, os métodos ideais de ensino e as concepções de conhecimento e ética que devem orientar a formação humana. Esse ramo da filosofia é essencial para pensar a educação de forma crítica e fundamentada, pois explora o que significa educar e como o processo educativo contribui para o desenvolvimento individual e social.

O que é Filosofia da Educação?

A Filosofia da Educação é uma área da filosofia que busca responder perguntas fundamentais sobre o sentido e o propósito da educação. Ela se interessa por questões como:

- Por que educamos?
- O que significa ensinar e aprender?
- Qual é o papel da educação no desenvolvimento moral e social do indivíduo?

Essas perguntas formam a base de um campo que, ao longo da história, influenciou o modo como as sociedades entendem e organizam suas instituições educacionais. A filosofia da educação ajuda a definir os valores que orientam as práticas pedagógicas e a esclarecer o que é considerado conhecimento válido, além de influenciar decisões políticas e pedagógicas.

Principais Correntes Filosóficas e suas Contribuições para a Educação

Cada corrente filosófica apresenta uma visão particular sobre os objetivos da educação, o papel do professor e o desenvolvimento do aluno. Entre as principais correntes, destacam-se:

Idealismo

O idealismo, influenciado por filósofos como Platão, vê a educação como um processo de desenvolvimento moral e intelectual. Segundo essa corrente, a educação deve promover o crescimento interior e o alinhamento do indivíduo com valores absolutos, como a verdade, a bondade e a beleza. O professor, nesse contexto, é um guia que ajuda o aluno a acessar um conhecimento superior e a desenvolver uma ética elevada.

Realismo

O realismo, influenciado por Aristóteles, valoriza o ensino de conhecimentos objetivos e concretos sobre o mundo físico e natural. Para o realismo, a educação tem um papel funcional, devendo preparar o indivíduo para a vida prática e para a interação com o ambiente em que vive. A aprendizagem ocorre principal-

mente pela observação e pela prática, com o professor agindo como um mediador que ajuda os alunos a compreender o mundo real.

Pragmatismo

O pragmatismo, desenvolvido por pensadores como John Dewey, considera a educação um processo de construção ativa do conhecimento, fundamentado na experiência e na prática. Segundo essa corrente, a educação deve ser adaptada às necessidades e interesses dos alunos e incentivá-los a resolver problemas e desenvolver habilidades práticas para a vida em sociedade. Dewey defendia uma educação democrática e participativa, onde o professor atua como facilitador e o aluno participa ativamente do processo de aprendizado.

Existencialismo

O existencialismo, com influências de filósofos como Jean-Paul Sartre, valoriza a liberdade e a autonomia do indivíduo, vendo a educação como um meio de desenvolver a capacidade de escolha e de autoexpressão. Para o existencialismo, a educação deve incentivar a reflexão e a tomada de decisões conscientes, permitindo que o aluno construa sua própria identidade. O professor é um facilitador que incentiva o aluno a descobrir suas próprias respostas e a assumir responsabilidade por suas escolhas.

Pensadores Influentes na Filosofia da Educação

Ao longo da história, vários pensadores influenciaram o desenvolvimento da filosofia da educação. A seguir, destacamos alguns dos principais nomes e suas contribuições:

Platão

Platão via a educação como um meio para o desenvolvimento da alma e do caráter. Em sua obra *A República*, propôs um sistema educacional que valorizasse o desenvolvimento ético e intelectual, com o objetivo de formar cidadãos capazes de governar de maneira justa. Para Platão, o conhecimento verdadeiro era inato e deveria ser despertado através do ensino.

Rousseau

Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *Emílio*, ou *Da Educação*, defendeu a ideia de uma educação natural, onde o aluno aprende por meio de experiências diretas e livres, respeitando o seu desenvolvimento. Ele acreditava que o ambiente deve ser controlado para evitar influências corruptoras e permitir que a criança explore o mundo e descubra sua moralidade e conhecimento de maneira espontânea.

John Dewey

Dewey, considerado o principal expoente do pragmatismo, via a educação como um processo social que prepara o indivíduo para a vida em comunidade. Ele defendia uma educação democrática, onde o aluno participa ativamente e aprende a partir da resolução de problemas reais. Sua ideia de “aprender fazendo” revolucionou a prática pedagógica, tornando o aprendizado um processo ativo e colaborativo.

Paulo Freire

Paulo Freire, importante educador brasileiro, propôs uma visão de educação como prática da liberdade. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende uma educação dialógica, onde professor e aluno constroem o conhecimento juntos. Sua proposta de educação libertadora visa conscientizar os alunos sobre as injustiças sociais, promovendo uma reflexão crítica que os capacite a transformar a realidade.

A Filosofia da Educação na Prática Pedagógica

A filosofia da educação impacta diretamente as práticas pedagógicas e as políticas educacionais. Cada escola ou método de ensino reflete valores e pressupostos filosóficos que determinam desde o currículo até a relação entre professor e aluno. Por exemplo:

- Uma abordagem idealista pode valorizar o desenvolvimento ético, enfatizando disciplinas como ética e filosofia.
- O pragmatismo favorece métodos interativos e voltados para a resolução de problemas, como projetos colaborativos e aulas experimentais.
- A educação libertadora de Paulo Freire influencia práticas de ensino que valorizam a dialogicidade, onde o aluno participa da construção do saber e questiona a realidade em que vive.

Ao compreender as bases filosóficas da educação, educadores e formuladores de políticas podem desenvolver métodos e currículos que atendam melhor às necessidades dos alunos, promovendo uma educação integral e crítica.

A Filosofia da Educação nos leva a refletir sobre as escolhas e os valores que fundamentam a educação, possibilitando uma prática mais consciente e ética. Em um cenário de rápidas transformações sociais e tecnológicas, o resgate das bases filosóficas permite questionar o papel da educação e seus impactos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, a Filosofia da Educação não apenas fundamenta a prática educativa, mas também ilumina o caminho para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a melhoria da sociedade.

II - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

— Educação na Antiguidade

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

– **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas *edubbas*, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

– **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

– **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A *paideia*, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

– **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.

Roma Antiga

A educação romana foi fortemente influenciada pela cultura grega, mas era mais pragmática, voltada para a formação de cidadãos capazes de contribuir para o império. A educação romana focava no ensino do direito, da oratória e da administração.

– **Influência Grega:** Os romanos adotaram muitos aspectos da educação grega, mas adaptaram a filosofia educacional para atender às necessidades do império. A educação visava preparar cidadãos para desempenhar funções administrativas, militares e jurídicas. A partir do período republicano, famílias ricas contratavam preceptores gregos para ensinar seus filhos, e o latim e o grego eram idiomas fundamentais na formação da elite.

– **Formação de Cidadãos e Líderes:** A educação romana para os meninos era dividida em três etapas: o ensino básico, ministrado por um *ludi magister* (mestre de escola), em que se aprendiam leitura, escrita e aritmética; o ensino médio, onde se estudavam gramática e literatura; e o ensino superior, onde se aprendia oratória e retórica, essenciais para quem pretendia ingressar na política ou no direito. A retórica era particularmente valorizada, e figuras como Cícero são exemplos do ideal de cidadão eloquente e bem-informado, capaz de influenciar a vida pública.

– **Educação das Mulheres:** Em geral, as mulheres romanas recebiam pouca educação formal, com foco no aprendizado doméstico e nas habilidades necessárias para gerenciar uma casa. As exceções ficavam por conta de famílias mais abastadas que valorizavam o aprendizado cultural.

A educação romana reforçava valores como a disciplina, a virtude e o serviço ao Estado, aspectos que sustentaram a coesão e a expansão do império romano.

A educação na Antiguidade reflete as necessidades e valores de cada sociedade, moldando cidadãos conforme os interesses da elite e dos governantes. Na Mesopotâmia e no Egito, o ensino era reservado a poucos, visando atender à administração religiosa e estatal.

Na Grécia, surge a valorização do desenvolvimento humano e da cidadania, especialmente em Atenas, enquanto Esparta focava na formação militar. Em Roma, a educação combinava influências gregas com uma perspectiva pragmática voltada para a administração do império e a oratória.

Esses modelos educacionais antigos foram fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que se expandiriam nos períodos posteriores e influenciam, de forma direta e indireta, a educação ocidental até hoje. A herança desses sistemas educacionais está presente na valorização da oratória, no desenvolvimento da filosofia, no conceito de cidadania e na disciplina e valorização do conhecimento como ferramenta de poder e controle.

— Educação na Idade Média

A Idade Média (aproximadamente do século V ao XV) foi um período de intensa influência religiosa sobre a sociedade europeia, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na preservação e transmissão do conhecimento.

Durante essa época, a educação era controlada quase exclusivamente por instituições religiosas, e os métodos pedagógicos visavam essencialmente formar o clero e as elites, mantendo o conhecimento acessível apenas a uma parcela restrita da população.

Esse período, conhecido por muitos como “Idade das Trevas” pela visão restritiva em relação ao conhecimento científico, também viu o surgimento das primeiras universidades, estabelecendo as bases para a educação formal que se desenvolveria posteriormente.

Escolas Monásticas e Catedrais

Durante os primeiros séculos da Idade Média, as escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, sendo operadas e supervisionadas pela Igreja Católica. Essas escolas tinham um forte foco religioso e eram voltadas à formação do clero.

– **Escolas Monásticas:** Desde o início da Idade Média, os mosteiros serviram como centros de educação e preservação do conhecimento. Monges beneditinos, em particular, desempenharam um papel essencial, seguindo a regra de São Bento, que previa a prática do trabalho manual e do estudo religioso. Nos mosteiros, o ensino era limitado à leitura, à escrita e ao latim, com ênfase na cópia de manuscritos, o que ajudou a preservar obras clássicas da Antiguidade, embora o foco fosse na teologia e nos textos sagrados.

– **Escolas Catedrais:** A partir do século IX, escolas começaram a ser estabelecidas junto às catedrais, especialmente após a reforma educacional promovida por Carlos Magno no Sacro Império Romano. Essas escolas eram ligadas diretamente à Igreja e destinadas à formação de padres e à educação de filhos de nobres. Nas escolas catedrais, os currículos eram baseados no trivium (gramática, retórica e lógica) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que eram os componentes das chamadas artes liberais, um modelo de conhecimento herdado da Antiguidade e considerado essencial para a formação de um clérigo ou de um membro da elite.

Essas escolas cumpriram um papel importante na preservação do conhecimento, ainda que o ensino fosse limitado e geralmente reservado aos que tinham ligação com a Igreja ou com a aristocracia.

Universidades Medievais

A partir do século XII, surgiram as primeiras universidades na Europa, estabelecendo uma nova estrutura educacional mais ampla e organizada. As universidades medievais tinham como base as escolas catedrais, mas rapidamente se tornaram independentes, abrindo espaço para o ensino de uma variedade de disciplinas.

– **Origem e Desenvolvimento:** As primeiras universidades foram fundadas em cidades como Bolonha, Paris e Oxford, com o objetivo de sistematizar o ensino superior, permitindo que estudantes de diferentes regiões e origens sociais pudessem estudar juntos. Essas universidades surgiram a partir da necessidade de

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor- Letras Português

CONCEPÇÕES DE LÍNGUA (OU DE LINGUAGEM) E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO

Existem três principais de concepções de linguagem: a linguagem como expressão do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma de interação.

A linguagem como expressão do pensamento

Essa concepção entende a língua como produção individual, concretizada nos atos da fala. É reproduzida nas práticas didático-pedagógicas tradicionais do ensino de língua que têm na correção formal da linguagem o seu principal objetivo.

É na linguagem que se estabelece o pensamento caracteristicamente humano, uma vez que é com base no instante em que a linguagem se origina, no decorrer do desenvolvimento, que o pensamento é verbalizado, assim como a fala é racionalizada. Ou seja, não é de forma mecânica que o pensamento verbal surge.

De acordo com essa concepção, se o sujeito não tem a capacidade de se expressar é porque ele não pensa. Assim, a linguagem é o elemento de importância sinal no indivíduo, visto que a enunciação é vista como uma ação monológica, ou seja, o outro não é relevante, pois indivíduo e língua, sozinhos, bastam.

A linguagem como instrumento de comunicação

Essa concepção considera a língua como um sistema de formas linguísticas que evidenciam como ela funciona e, ainda que existam variações, estas não alteram a língua e sua estrutura. Isto é, a língua é concebida como um código (grupo de signos que se combinam conforme normas) que opera a comunicação de uma mensagem entre emissor e receptor. Para essa concepção, a linguagem tem a função de transmitir mensagens/informações.

A linguagem como interação

Essa concepção a língua como um feito de interação da sociedade, isto é, a fala e a enunciação são prestigiadas, assim como a certificação da fala como característica social. Aqui, língua e fala são distintas, porém, em razão de somente existirem por se encontrarem presentes em um dado meio social, permanecem indissociáveis.

Nessa perspectiva, o indivíduo que fala e exerce atos que não seria capaz de realizar se não por meio da fala; ele age sobre o ouvinte por meio da fala, assumindo convenções e conexões que, antes da fala, não existiam.

NÍVEIS DE ANÁLISE DA LÍNGUA

O estudo da língua pode ser dividido em diferentes níveis de análise, cada um responsável por investigar aspectos específicos do sistema linguístico. Esses níveis permitem compreender desde os sons da fala até a construção de sentidos mais complexos em contextos sociais e culturais.

Essa organização facilita a análise, a interpretação e a produção textual, sendo frequentemente exigida em provas de concursos públicos. A seguir, são apresentados os principais níveis de análise linguística: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

► Nível Fonético-Fonológico

Este nível trata dos sons da fala e da sua organização no sistema da língua. A fonética estuda os sons da fala humana do ponto de vista físico e articulatório, enquanto a fonologia se ocupa do sistema sonoro da língua, isto é, dos sons que têm valor distintivo.

▪ **Exemplo prático:** em português, os fonemas /p/ e /b/ distinguem palavras como pato e bato. Apesar de fisicamente semelhantes, esses sons têm funções diferentes na língua, e é isso que a fonologia investiga.

Questões comuns de concurso: identificação de dígrafos, encontros consonantais, classificação das palavras quanto à acentuação, identificação de fonemas e letras.

► Nível Morfológico

A morfologia estuda a estrutura interna das palavras. Analisa os morfemas (unidades mínimas de significado), a formação de palavras e as classes gramaticais.

▪ **Exemplo prático:** a palavra infelizmente é formada por três morfemas: o prefixo in- (negação), o radical feliz e o sufixo -mente (formador de advérbio).

Questões frequentes: reconhecimento de classes gramaticais (substantivo, verbo, adjetivo, etc.), flexões de gênero, número, grau, tempo e modo verbal, processos de derivação e composição.

► **Nível Sintático**

A sintaxe estuda a relação entre as palavras em uma oração e entre as orações em um período. É o nível que se ocupa da estrutura frasal e da organização dos elementos linguísticos segundo regras gramaticais.

▪ **Exemplo prático:** na frase “O aluno leu o livro”, a função sintática de o aluno é sujeito, enquanto o livro é objeto direto.

Temas cobrados: análise sintática de termos da oração (sujeito, predicado, complementos), período simples e composto, tipos de oração, concordância verbal e nominal, regência, colocação pronominal.

► **Nível Semântico**

A semântica trata do significado das palavras, expressões e enunciados. Estuda como o sentido é construído a partir das relações linguísticas.

▪ **Exemplo prático:** as palavras casa e lar podem ter significados próximos, mas evocam conotações diferentes. Casa remete a um espaço físico, enquanto lar sugere afetividade.

É comum que os concursos abordem a sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.

► **Nível Pragmático**

A pragmática analisa o uso da linguagem em contextos comunicativos reais. Leva em consideração o conhecimento compartilhado entre os interlocutores, a intenção comunicativa, o contexto e as implicações.

▪ **Exemplo prático:** a frase “Está quente aqui, hein?” pode ser apenas uma constatação ou um pedido indireto para ligar o ventilador, dependendo do contexto.

Assuntos cobrados: funções da linguagem, implícitos, inferência, intertextualidade, atos de fala, ironia, humor.

► **Inter-relação entre os Níveis**

Embora esses níveis sejam didaticamente separados, eles funcionam de maneira integrada no uso real da língua. A compreensão de um enunciado exige atenção simultânea ao som, à forma, à estrutura, ao sentido e ao contexto.

Essa abordagem integrada é essencial para interpretar textos com precisão, responder a questões gramaticais e produzir textos bem estruturados.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Os primórdios do idioma português datam do século III a.C, devido às muitas migrações continentais, período em que ocorreu a ocupação da Península Ibérica pelos romanos, os quais, a partir de conflitos e demandas territoriais, se estabeleceram na região, desenvolvendo ali não só seu estilo de vida e costumes, mas também sua própria língua. Dentre os muitos idiomas e dialetos falados nestes locais, o latim foi predominante, gerando, por sua vez, novos dialetos nos territórios dominados pelo Império Romano.

Foi nesse cenário que se originaram as línguas românicas — ou neolatinas, com são chamadas as línguas de berço latino e que eram faladas nas regiões ocupadas pelos povos romanos.

A língua portuguesa é derivada do latim, mais especificamente da sua modalidade vulgar, falada pelos povos românicos que viviam no Lácio, região da Itália antiga. A vertente vulgar do idioma era utilizada pelas populações desprovidas de quaisquer intenções estilísticas e com vocabulário limitado. A modalidade clássica, complexa e elitizada, era utilizada por escritores e pelas pessoas das camadas sociais mais elevadas. A evolução da língua portuguesa para o idioma português que falamos hoje passou por cinco grandes fases:

– **Fase Pré-românica:** o latim, idioma oficial dos romanos, foi disseminado pelas tropas militares para as terras conquistadas

– **Fase Românica:** os idiomas que derivaram a partir das diferenciações ou do latim falado pelos militares romanos. As diferenças mais profundas levaram o latim a ser suplantado por dialetos que originaram as línguas italiana, espanhola e francesa, e, no século XVIII, a portuguesa.

– **Fase Galego-Portuguesa:** língua que se preservou até meados do século XIV, utilizada por populações autônomas estabelecidas na Galiza, na Espanha, e em Minho e Douro, em Portugal.

– **Fase do Português arcaico:** língua falada entre o século XIV e meados do século XVI, recebeu forte influência de dialetos árabes e latinos. Nesse momento, os primeiros estudos da língua portuguesa tiveram início.

– **Fase do Português Clássico e Moderno:** a transformação do arcaico para o clássico, conhecido como língua de Camões, ocorreu na época das grandes navegações.

A introdução do idioma português no Brasil

Em 1500, quando os portugueses alcançaram a costa brasileira, os povos nativos apresentavam uma imensa variedade linguística, e em torno de mil línguas distintas eram faladas aqui. Essas línguas acabaram se misturando ao idioma falado pelos descobridores, e novos dialetos foram criados. A esse arcabouço linguístico foram incorporados, também, muitos aspectos da cultura africana.

Desse período para a atualidade, a língua portuguesa no Brasil passou por diversas mudanças, com supressões ou acréscimos de naturezas sintáticas, morfológicas e fonológicas, encontrando-se, ainda, em um profundo processo para construir sua identidade. Implementado em 2009, o Novo Acordo Ortográfico é uma evidência desse processo. Além de Portugal e do Brasil, o português é o idioma oficial dos países africanos

como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, classificando-se como a 8ª língua mais falada no planeta, sendo o idioma materno de cerca de mais de 200 milhões de pessoas.

DISCURSO, INTERDISCURSO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

CONCEITO DE DISCURSO E SUAS IMPLICAÇÕES LINGUÍSTICAS E SOCIAIS

A noção de discurso ultrapassa a ideia de simples enunciação de palavras ou de textos organizados gramaticalmente. Em termos linguísticos e sociais, discurso é compreendido como uma prática significativa situada historicamente, por meio da qual os sujeitos constroem sentidos, estabelecem relações de poder e posicionam-se ideologicamente em um determinado contexto.

Diferentemente da noção de “fala” (centrada na performance individual do sujeito) ou de “texto” (foco na organização linguística), o discurso se insere em um campo mais amplo, articulando linguagem e sociedade.

Para compreender esse conceito, é importante recorrer a dois grandes marcos teóricos que influenciaram a Análise do Discurso: o pensamento de Michel Foucault e o de Mikhail Bakhtin. Foucault entende o discurso como um conjunto de práticas que sistematizam os modos pelos quais os sujeitos falam sobre determinado objeto, revelando uma lógica de controle e regulação dos saberes. Para ele, o discurso está vinculado a relações de poder e saber, funcionando como instrumento de constituição do real.

Em sua obra “A Arqueologia do Saber”, Foucault afirma que “não se trata de uma linguagem, nem do uso da linguagem; trata-se, em vez disso, de um conjunto de enunciados que pertencem a um mesmo sistema de formação”. Isso significa que o discurso não é apenas o que se diz, mas o que se torna possível dizer em determinados contextos.

Já Bakhtin, em sua abordagem dialógica da linguagem, vê o discurso como essencialmente interativo e social. Para ele, todo enunciado está inserido em uma cadeia de interlocuções, e os sentidos se constroem na relação entre os sujeitos. Em sua teoria dos gêneros do discurso, o autor destaca que cada forma de comunicação carrega marcas sociais, históricas e ideológicas, revelando que a linguagem não é neutra, mas carrega valores e perspectivas. Assim, um discurso sempre responde a outro discurso anterior e antecipa possíveis respostas.

Do ponto de vista linguístico, o discurso se concretiza por meio dos enunciados produzidos em contextos específicos, refletindo intencionalidades, posições sociais e ideologias. Os elementos linguísticos — como pronomes, tempos verbais, estruturas sintáticas e escolha lexical — revelam a posição do sujeito no ato de dizer, além de evidenciar sua relação com o interlocutor e com o conteúdo do enunciado. Por isso, na análise discursiva, é fundamental atentar para os modos de organização da linguagem e para as condições de produção nas quais o texto foi gerado.

Socialmente, o discurso é um instrumento de construção e manutenção de sentidos compartilhados por determinados grupos. Ele atua como forma de instituir verdades, legitimar

saberes e excluir outros modos de ver o mundo. As instituições — como a escola, a mídia, o direito e a política — operam por meio de discursos que configuram subjetividades e regulam comportamentos. Quando, por exemplo, os meios de comunicação divulgam uma notícia, não o fazem de maneira neutra: selecionam fontes, organizam argumentos, escolhem termos e direcionam o olhar do leitor para determinados aspectos do fato narrado, moldando a forma como ele será compreendido.

Assim, o discurso é, ao mesmo tempo, uma prática linguística e social, carregada de intencionalidade, histórica e ideologicamente situada. Não há discurso sem sujeito, sem contexto e sem ideologia. O estudo do discurso, portanto, não se limita à descrição formal do texto, mas implica análise crítica das condições de produção, dos efeitos de sentido e das posições assumidas pelos sujeitos que o constroem.

A leitura atenta do discurso revela muito mais do que o conteúdo superficial: permite acessar as estruturas de poder, os valores sociais e os embates ideológicos presentes nas falas e nos textos que circulam socialmente.

O INTERDISCURSO COMO LUGAR DE MEMÓRIA E REPRODUÇÃO DE SENTIDOS

O conceito de interdiscurso é fundamental para a compreensão de como os sentidos são produzidos, não a partir do nada, mas com base em uma rede de discursos anteriores que ecoam no presente. Na análise do discurso de linha francesa, especialmente nas formulações de Michel Pêcheux, o interdiscurso representa esse campo da memória discursiva que antecede e estrutura o discurso atual.

Em outras palavras, todo dizer é atravessado por outros dizeres, anteriores, que o sustentam, o condicionam e o limitam.

É no interdiscurso que se localiza a ideologia como forma de organização dos sentidos. Não se trata de uma repetição mecânica de discursos passados, mas de uma atualização desses discursos em novos contextos, com novos sujeitos e novos objetivos. Assim, o interdiscurso age como um campo de possibilidades discursivas, onde certos sentidos podem emergir e outros são silenciados. Ele funciona como um pano de fundo ideológico sobre o qual o discurso atual se constrói.

Pêcheux define o interdiscurso como o “já-dito”, ou seja, aquilo que já foi dito em outras situações, mas que se infiltra no discurso presente, mesmo que de forma implícita. Esse “já-dito” é constitutivo do discurso, pois nenhum sujeito fala a partir do zero: ele sempre se apoia em discursos que circulam socialmente e que moldam seu modo de ver, pensar e dizer o mundo. A memória discursiva, nesse sentido, não é apenas recordação de algo anterior, mas a presença ativa de enunciados passados que orientam a formulação do que se diz agora.

Por exemplo, em um debate político sobre segurança pública, os posicionamentos dos interlocutores costumam mobilizar discursos previamente consolidados na sociedade, como o discurso da punição exemplar, o discurso dos direitos humanos, o discurso da criminalização da pobreza. Cada um desses discursos carrega consigo uma série de sentidos já estabelecidos socialmente e que são atualizados nas falas dos sujeitos, mesmo que eles não os citem explicitamente.

Outro exemplo pode ser visto em campanhas publicitárias, que frequentemente exploram o interdiscurso para construir mensagens que dialogam com o senso comum, com valores